

---

## Bibliotecas Públicas como locus para a alfabetização midiática e informacional

Alberto Calil Junior

**Resumo:** Pesquisas recentes apontam que houve um aumento no percentual da população que acessa a internet no país. No entanto, apesar desse crescimento, a exclusão digital ainda se apresenta como um desafio para a sociedade brasileira em dois planos: a) exclusão em relação às possibilidades de acesso às TICs e à internet e b) exclusão relacionada às possibilidades de uso dessas tecnologias. Nesse cenário, defende-se a ideia da biblioteca pública como espaço para a construção das habilidades midiáticas e informacionais nos sujeitos. Propõe-se a adoção de uma perspectiva estrutural, que considera as práticas de informação na contemporaneidade como parte de uma matriz de relações complexas que envolve sujeitos, instituições e artefatos tecnológicos, todos situados em um dado tempo e espaço, ou seja, como práticas sociotécnicas.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Públicas. Alfabetização midiática e informacional. Exclusão digital.

### 1 INTRODUÇÃO

Durante os anos de 2015 e 2016 assistiu-se, entre os brasileiros, a flexibilização das fronteiras entre o dito “mundo real” e o ciberespaço. Tanto nas ruas, quanto nos ambientes virtuais os debates em torno da validade / legitimidade do processo de impedimento da então Presidenta da República, Dilma Rousseff<sup>1</sup> ganharam corpo, promovendo não somente diálogos e trocas de ideias, mas também ausência de consenso, discussões acirradas e por vezes, agressões verbais e cisões em virtude de distintas posições políticas. Em uma dimensão estrutural, houve uma migração da arena de debates sobre a *res publica*, das ruas para as redes sociais digitais e, ao mesmo tempo, uma migração das redes para as “ruas”, em uma dimensão individual afetando relações familiares e pessoais, construídas fora e para além das referidas redes.

Esse episódio surge como mais um dos indícios da penetração das mídias sociais e das redes sociais digitais no cotidiano de determinadas camadas da população brasileira.

---

<sup>1</sup> Eleita para o 2o mandato em 2014, Dilma Rousseff foi destituída do cargo em 2016 através de um processo de impedimento, que gerou muitas controvérsias na sociedade brasileira.

Dados sobre a presença dos brasileiros no ciberespaço veiculados por instituições de pesquisa e por órgãos oficiais do governo mostram um crescimento anual, tanto no acesso quanto na ocupação dos ambientes virtuais por parte dos brasileiros. Pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet - BR(CGI), com dados relativos ao ano de 2014, aponta que naquele ano haviam no país 94,2 milhões de usuários com acesso à internet, o que correspondia a 55% da população acima de 10 anos, enquanto que em 2008, o percentual estava em 34% da população (COMITÊ, 2015, p.145).

Um dos efeitos desse crescimento pode ser notado na emergência de distintos atores no tocante à produção e consumo de informação no ciberespaço. Anteriormente restrita ao monopólio de alguns grupos, com o advento da World Wide Web e como decorrência das formas de apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TICs), as possibilidades de produção de informação alargaram-se. Práticas que orbitam a produção de conteúdo e o seu consequente consumo vêm imprimindo novos contornos para as formas de sociabilidade contemporâneas que se materializam no “e-“, de eletrônico, possibilitando o surgimento de novas formas de produzir, disseminar e consumir informação.

Serviços públicos ao cidadão, comércio, consumo, notícias, namoros, operações bancárias, a vida, hoje, é pulsante no ciberespaço. As relações estabelecidas nos ambientes virtuais constituem sujeitos e borram as fronteiras entre o "real" e o “virtual”, afetando práticas e relações cotidianas, dentro e fora da internet. Política, Educação, Saúde, Público, Lazer, Privado, todas as esferas constituídas pela e conformadoras da modernidade são abaladas pelas formas contemporâneas de apropriação das TICs e no bojo dessas transformações societárias governos, organizações e sujeitos passam a atuar na direção de compreender e afetar essas novas práticas.

No que se refere aos campos da informação e comunicação a IFLA, em cooperação com a UNESCO, com pesquisadores do campo informacional e com profissionais da informação se coloca como um importante ator na realização de ações e iniciativas que visam a compreensão das práticas de informação. Nesse sentido, desde o surgimento das TICs contemporâneas, eventos vêm sendo promovidos nas mais diversas localidades do planeta, engendrando toda uma gama de ações voltadas para a produção

de saberes sobre as formas de apropriação das TICs e, conseqüentemente, das práticas de informação e de comunicação no cotidiano dos sujeitos e das populações.

É nesse contexto que emerge a noção de alfabetização midiática e informacional. Produto da Sociedade da Informação, o conceito nasce da convergência entre as noções do Information Literacy e do Media Literacy, na medida em que reconhece o papel primordial tanto da mídia, quanto da informação para a vida cotidiana e a relevância da construção de habilidades informacionais nos sujeitos em suas relações com as mídias e com os estoques de informação.

Dada a abrangência e penetração das mídias no cotidiano, em particular das chamadas mídias sociais, muitos são aqueles que se debruçam sobre as mesmas. No que tange aos processos de uso e apropriação de informação através das mídias, bibliotecas e bibliotecários surgem como atores chaves tanto na produção de saberes sobre essas práticas, quanto no engendramento das mesmas. Na literatura do campo informacional brasileiro, alguns estudos sobre o uso e apropriação das mídias sociais por parte das bibliotecas vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos. Na esteira desses estudos, as reflexões aqui apresentadas têm por intuito tecer algumas considerações sobre as práticas de informação de bibliotecas públicas, em sua relação com as TICs, bem como as potencialidades dessas bibliotecas em se constituírem como importante atores nos processos de alfabetização midiática e informacional em nossa sociedade.

## **2 A CONSTRUÇÃO DE HABILIDADES INFORMACIONAIS: ENTRE O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE**

Em outubro de 2016 o Google anunciou o lançamento de uma ferramenta que prometia resolver um problema corrente para aqueles que navegam pelo ciberespaço - o da verificação das fontes. O recurso, intitulado “Google Fact Chek” insere o Google em um movimento composto por organizações e sujeitos preocupados com a rigorosa verificação dos fatos que circulam no ciberespaço (GINGRAS, 2016). O anúncio do novo recurso foi feito às vésperas das eleições presidenciais norte-americanas, o que se alinha

com as práticas do “fact-checking”, que de acordo com Neisser (2015), surgem nos EUA, a partir de uma demanda para verificação factual nos debates eleitorais daquela sociedade.

Foi apenas nos anos 2000, mais especificamente em 2003, que surgiu a primeira entidade dedicada exclusivamente à atividade de fact-checking, o site [FactCheck.org](http://FactCheck.org), do Annenberg Public Policy Center da Universidade de Pensilvânia. Conforme afirmam seus fundadores, Brooks Jackson e Kahtleen Hall Jamieson, a entidade é um ‘advogado de defesa para o consumidor para eleitores’. (NEISSER, 2015, p.189)

Neisser( 2015) aponta também que as práticas em torno do *fact-checking* não se limitaram às fronteiras norte-americanas. O ambiente virtual mantido pelo Duke Reports Lab, da Universidade de Duke - <http://reporterslab.org/fact-checking/> - assinalava, em outubro de 2016, a existência de 115 “*fact-checking sites*” espalhados pelo mundo<sup>2</sup>, com duas agências ativas, no caso brasileiro<sup>3</sup>.

As práticas do “*fact-checking*” têm origem em uma demanda estrutural, consequente das formas contemporâneas de produção, circulação e consumo de informação e surgem como mais uma das facetas das dinâmicas de apropriação das TICs em determinados contextos. Questões relacionadas à verificação de informações não são novas, no entanto, a emergência e consolidação do ciberespaço e o uso das mídias sociais como uma das principais arenas de produção, circulação e consumo de informação contemporâneas, criaram as condições de possibilidades para que profissionais de jornalismo “descobrissem” a oportunidade para esse empreendimento.

Em outra perspectiva, as práticas de avaliação de fontes de informação fazem parte do ethos profissional dos bibliotecários, mesmo antes do surgimento da sociedade da informação e das TICs (SYLBERG, 1990, KATZ, 1978). Associados ao campo de estudos da Bibliografia, surgiram os estudos voltados ao estabelecimento de critérios de avaliação para as fontes de informação. Se os repertórios bibliográficos podem ser comparados a um mapa ou carta de navegação que guia os bibliotecários pelo mundo

---

<sup>2</sup> Acesso realizado em 03 de outubro de 2016

<sup>3</sup> A agência pública de reportagem e jornalismo investigativo “Truco” - <http://apublica.org/truco> - e a Agência Lupa - <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa> . A primeira, se apresentando como “um projeto de checagem de informações (fact-checking) da Agência Pública” e se detendo em questões ligadas ao campo da política. Já a Agência Lupa, traz uma proposta de checagem mais abrangente, se propondo “a checar, de forma sistemática e contínua, o grau de veracidade das informações que circulam pelo país”.

caótico dos suportes de informação (Katz, 1978), a verificação da legitimidade dessas fontes, a partir do estabelecimento de critérios, é parte do saber-fazer biblioteconômico.

No entanto, a despeito da relativa longevidade dessas práticas, reconhece-se que com o cenário que se apresenta a partir das emergências das TICs e do ciberespaço, a questão da avaliação das fontes de informação passa a fazer parte da agenda pública. Para Hjørland (2012) a “avaliação de fontes de informação tornou-se um foco para a Biblioteconomia e Ciência da Informação em virtude do acesso facilitado a uma vasta quantidade de documentos. De relativamente escassa, a “informação” tornou-se abundante”.

Nesse contexto, o acionamento à narrativa sobre a necessidade premente da existência dos processos de avaliação das fontes de informação, juntamente com outras competências, ganha força na literatura do campo informacional, iluminando a urgência da construção de habilidades informacionais nos sujeitos. No Brasil, esse debate sobre os processos de construção de habilidades informacionais, aparece majoritariamente sob duas perspectivas: a) de um lado, surgem estudos que procuram promover um diálogo mais estreito entre a Biblioteconomia e a Educação, enquanto campos de saber, para pensar as questões teóricas e práticas do campo, discutindo a função educativa do bibliotecário e da biblioteca (CAMPELLO, 2009, WEITZEL, CALIL JUNIOR, ACHILLES, 2015) e; b) um conjunto de estudos voltados para a reflexão sobre a competência em informação, a partir de abordagens que incorporam o debate internacional sobre o “Information Literacy”<sup>4</sup> (DUDZIAK, 2003, GASQUE, 2012, VITORINO, PIANTOLA, 2009, CAMPELLO, 2003)

Apesar da presença no discurso dos bibliotecários (CAMPELLO, 2009) e da existência de autores que, de alguma forma, realizaram investigações sobre a função educativa das bibliotecas, como demonstram Weitzel, Calil Junior e Achilles (2015), o olhar para os processos de construção das habilidades informacionais dos sujeitos na sociedade brasileira, sobre uma perspectiva mais estrutural (que procura observar a

---

<sup>4</sup> Apesar de um conjunto de pesquisadores do campo informacional brasileiro optarem pelo termo “competência em informação”, há de se ressaltar a existência de outros termos que são tidos como traduções do information literacy que marcam presença nessa mesma literatura.

biblioteca enquanto uma organização social que é o resultado da convergência de fatores histórico-culturais e que se coloca em relação constante com o seu contexto), são escassos.

Kimmo Tuominen, em artigo escrito com Reijo Savolainen e Sanna Tajla, afirmam que as últimas décadas do século XX assistiram a uma espécie de “literacy boom”, nas quais ocorreu um imenso crescimento no número de publicações sobre o “information literacy” no mundo. De acordo com os autores, há estimativas de mais de 500 mil publicações sobre o tema. (TUOMINEN, SAVOLAINEN, TAJLA, 2005). Mesmo que no Brasil, a literatura do campo informacional tenha incorporado esse debate apenas no início do século XXI, é possível afirmar que também testemunhamos um “boom”, com o crescente número de publicações e eventos dedicados ao tema. Nessa perspectiva, a maior parte dos trabalhos, no campo informacional brasileiro, que se debruçam sobre os processos de construção de habilidades informacionais dos sujeitos, o fazem a partir da ótica da Competência em Informação. Apesar da existência de algumas controvérsias em torno da definição, a começar pela tradução do termo em língua portuguesa<sup>5</sup>, e de pequenas nuances que são assinaladas por diferentes autores, o entendimento da noção, na literatura nacional, segue a definição preconizada pela American Library Association (ALA), que a afirma como “um conjunto de habilidades necessárias aos indivíduos para reconhecer quando uma informação é necessária e também a habilidades de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação” (AMERICAN, 1989).

A proeminência da definição da ALA no campo oferece uma lente para a reflexão sobre o processo de construção de habilidades informacionais nos sujeitos, a do foco no indivíduo. Ao trazer a lente para as habilidades dos indivíduos, propõe-se a centralidade do mesmo e de sua agência nas práticas de informação contemporâneas. Tuominen, Savolainen e Tajla afirmam que muitos dos trabalhos sobre o “information literacy” são prescrições normativas sobre as habilidades necessárias para a vida na sociedade

---

<sup>5</sup> Hatsbach e Olinto (2008) afirmam que no Brasil, a tradução do termo information literacy gerou controvérsias, podendo-se encontrar na literatura uma gama de expressões, como: competência em informação, competência informacional, letramento informacional, alfabetização em informação.

contemporânea. Para os autores (2005, p.330), "A visão predominante do 'information literacy' tende a conceber o 'information literacy' como um conjunto de atributos - ou fluências individuais - que podem ser ensinadas, avaliadas e medidas, independente das atividades práticas e dos contextos em que são utilizadas".

A análise realizada por Hjørland (2012) aponta na mesma direção. Para o autor, o foco das pesquisas sobre avaliação de fontes de informação levaria os especialistas em informação a serem considerados uma espécie de consultores de consumo, que guiam os usuários no uso das fontes de informação, sem considerar as relações que se estabelecem entre os sujeitos, objetos e os contextos nos quais estão inseridos. Crítica semelhante surge na análise de Sheila Webber e Bill Johnston que ao analisarem as práticas de prescrição de padrões e diretrizes, comuns nas abordagens sobre o Information Literacy, o afirmam como "uma lista de shopping contendo comportamentos esperados" para a vida na sociedade contemporânea (WEBBER, JOHNSTON, 2000)

Kapitzke (2001) assinala que a lente a partir da qual os estudos sobre o Information Literacy têm sido construídos - uma lente focada no indivíduo, em suas habilidades e em padrões universais para o uso da informação - cria obstáculos para pensar a noção a partir de perspectivas que considerem o seu contexto. "Quando a noção é construída como um conjunto de habilidades universais [...] questões ideológicas, históricas e culturais da produção da informação e do conhecimento são excluídas do debate" (KAPITZKE, 2001 apud TUOMINEN, SAVOLAINEN, TAJLA, 2005)

O ponto que pretende-se iluminar na reflexão aqui conduzida é, à semelhança da análise realizada por Tuominen, Savolainen e Tajla para o conceito de information literacy (2005), que a noção de alfabetização midiática e informacional é socialmente construída e deve ser pensada como um conjunto de práticas sociotécnicas, na medida em que incide sobre as práticas de informação dos sujeitos, mediadas pelas mídias sociais.

Nas reflexões e debates sobre o termo, a alfabetização midiática e informacional, é entendido como uma convergência das noções de "Competência Midiática" e de "Competência em informação" (LEE, 2013, LAU, 2013, DUDZIAK, 2010, RIBEIRO, GASQUE, 2015) Conforme Dudziak, a alfabetização midiática e informacional é entendida como uma noção complexa que "é formada pela fusão ou, pelo menos, pelo

diálogo recursivo, entre dois conceitos complementares: a competência informacional e a competência midiática”. (DUDZIAK, 2010).

Alice Lee (2013) assinala que na construção da noção, a UNESCO vem liderando as iniciativas e se coloca como um dos principais atores, promovendo encontros, estudos, diálogos através de um conjunto de eventos e de publicações sobre o tema. “Nos documentos da UNESCO, a alfabetização midiática e informacional vem sendo definida como as habilidades para acessar, avaliar e usar as mídias e a informação”. (LEE, 2013, p. 25). Na mesma direção Ribeiro e Gasque (2015) colocam que

A UNESCO aborda o letramento informacional e midiático em uma perspectiva integrada, como se observa no documento intitulado *Alfabetização Midiática e Informacional: Currículo para Formação de Professores* (WILSON et al., 2013). No referido documento, a UNESCO entende que a alfabetização informacional, neste artigo denominada Letramento Informacional, constitui-se fator importante para o acesso à informação e a avaliação do uso ético da informação. A alfabetização midiática, neste artigo denominada Letramento Midiático, enfatiza a capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como as funções são desempenhadas e de engajar-se conscientemente às mídias com o propósito de exercer os direitos, especialmente aqueles expressos no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que versa sobre a liberdade de expressão. (tradução do autor)

As autoras ainda destacam a existência de três áreas na matriz proposta pela UNESCO, a saber (RIBEIRO, GASQUE, 2015):

a) o conhecimento e a compreensão das mídias e da informação para os discursos democráticos e para a participação social; b) a avaliação dos textos de mídia e das fontes de informação; c) a produção e o uso das mídias e da informação .

A partir das noções apresentadas observa-se a possibilidade da construção de abordagens teórico-práticas cujo foco seja deslocado das habilidades para as práticas dos sujeitos. Nas áreas destacadas pela UNESCO destacam-se o processo, as relações que sujeitos, detentores de determinadas habilidades (ou não), estabelecem com o conjunto de dispositivos sociotécnicos em suas práticas de informação. É possível afirmar que tais relações já estivessem presentes nas definições anteriores do “Information Literacy”, no entanto, a força através da qual as mídias sociais e as redes sociais digitais marcam sua

presença na contemporaneidade, cria as condições de possibilidade para a construção de abordagens que atentem menos para as habilidades necessárias aos sujeitos na operação desses dispositivos tecnológicos do que para as práticas de informação decorrentes das relações estabelecidas, dentro e fora do ciberespaço, entre sujeitos, estoques de informação e dispositivos tecnológicos. Conforme assinalam Tuominen, Savolainen e Tajla (2005, p.338)

As práticas sociais estruturam as tecnologias, dando forma e significado para elas. Tecnologias, a seu turno, possibilitam a construção de novas formas de vivenciar as práticas sociais e, em geral, reestruturam essas práticas a partir dessas novas vivências. Como colocado por Christopher Schroeder, existe uma relação simbiótica entre letramento e tecnologias, e, de fato, práticas sociais e tecnologias, constituem-se mutuamente (tradução do autor)

Nessa perspectiva, surgem alguns questionamentos: Quais tem sido as práticas de informação em nossa sociedade? Em que medida a emergência das TICs tem afetado essas práticas? Quais os usos e apropriações das mídias sociais e das redes sociais digitais por parte de bibliotecas e da sociedade na busca de informação?

### **3 A BIBLIOTECA PÚBLICA COMO POSSÍVEL ATOR NA CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL**

No artigo supracitado, em que discute a noção de alfabetização midiática e informacional, Alice Lee (2013) assinala que com a disseminação das tecnologias móveis com acesso à internet nos países menos favorecidos economicamente as preocupações em relação à democratização do acesso à informação que anteriormente estavam centradas na exclusão digital, têm mudado para preocupações relacionadas ao uso dos dispositivos tecnológicos de acesso à informação. Segundo a autora (LEE, 2013, p. 42)

Nos últimos anos, o cenário da exclusão digital parece ter mudado com a introdução das tecnologias móveis. No passado, países desenvolvidos como os Estados Unidos da América estavam no topo da lista, em relação ao acesso à internet, e, países do continente africano estavam no final da lista. Atualmente, pessoas de regiões subdesenvolvidas estão

em um acelerado processo de conexão à internet via serviços de conexão móvel. (tradução do autor)

Na medida em que a internet se torna cada vez mais globalizada há uma mudança conceitual na questão da exclusão digital. A garantia do acesso material à rede de computadores não assegura o acesso às informações disponíveis na rede, “porque o acesso à máquina ou ao software não é suficiente para garantir a apropriação da informação que elas fazem fluir” (BORGES, 2015). Além das questões relacionadas as habilidades informacionais desses sujeitos (ou a ausência dessas habilidades), há que se considerar que as formas de utilização e de navegação na rede mundial de computadores, bem como as formas de apropriação dos dispositivos tecnológicos (incluindo aqui tanto os dispositivos de acesso quanto os ambientes virtuais) não são universais.

Essas questões se colocam de maneira singular na sociedade brasileira. Conforme vimos, dados de pesquisa sobre o acesso à internet no Brasil apontam que 55% da população possuíam acesso à internet no ano de 2014. Se de um lado, é possível afirmar que para uma parcela da população a questão do acesso à internet estaria equacionada<sup>6</sup>, há que se considerar que a outra metade ainda se encontra excluída.

A despeito das grandes transformações ocorridas nos últimos dez anos, as desigualdades socioeconômicas e regionais no acesso domiciliar à Internet e ao computador ainda constituem uma marca permanente da disseminação das TIC no Brasil. Apesar do número crescente de usuários, a Internet ainda não faz parte do cotidiano de grande parte da população, sobretudo de grupos mais pobres e de regiões rurais ou economicamente menos desenvolvidas. Essas desigualdades se mantêm mesmo em um momento de crescimento do acesso domiciliar à Internet e do uso da rede, sobretudo pelo telefone celular (COMITÊ, 2015, p.133)

Dessa forma, os desafios que se apresentam são múltiplos. As discrepâncias no acesso às TICs em nossa sociedade são mais um dos reflexos das desigualdades socioeconômicas entre as diversas regiões do país, que se constituem uma marca do nosso processo sócio histórico e apontam para a necessidade da constituição de políticas

---

<sup>6</sup> Ressalta-se a necessidade de colocação desses dados em perspectiva. Para além do acesso, é preciso considerar outras variáveis, como por exemplo, fatores culturais e socioeconômicos que acabam por conformar esses acessos.

públicas, acompanhadas de investimentos que venham garantir a infraestrutura e o acesso às TICs. Por outro lado, necessita-se grandes esforços no tocante ao fomento à ações que possibilitem a construção de habilidades informacionais na população, de ações voltadas para a alfabetização midiática e informacional desses sujeitos que conseguiram seu passaporte para entrada nos ambientes virtuais, pois como afirma Borges (2015, p.36) "se de um lado as ferramentas para informação e comunicação estão bastante disseminadas, por outro persiste a dificuldade de apropriação da informação e estabelecimento de comunicação efetiva por meio dessas ferramentas".

Diante deste cenário as bibliotecas públicas ganham importância, na medida em que essas instituições podem ser elementos-chaves na implementação de políticas públicas que visem atacar ambos aspectos da exclusão digital discutidos acima. No entanto, é preciso considerar que o Brasil é um país onde a biblioteca pública ainda não conseguiu se posicionar na sociedade, apesar das inúmeras funções que lhe são atribuídas tanto na literatura do campo informacional, quanto pela sociedade mais ampla. Dentre as leituras mais admitidas está àquela que reduz a biblioteca pública a um espaço unicamente de leitura e de apoio à pesquisa escolar. Esta questão vem sendo apontada há anos como sendo um dos grandes obstáculos para o posicionamento desta instituição no cenário brasileiro. (FLUSSER, 1980; MUELLER, 1984; ALMEIDA JUNIOR, 1997; MILANESI, 2003; MACHADO, CALIL JUNIOR, ACHILLES, 2014). Bruna Santos (2015) assinala que a reflexão sobre o espaço e lugar da biblioteca pública vem gerando discussões na literatura do campo. Segundo a autora (2015, p.88),

Crippa (2015) discute sobre o espaço físico da biblioteca pública como lugar de participação social capaz de transformar a sociedade; Frota (2014) trata da biblioteca pública como espaço de formação da opinião pública; Gomes (2014a) aborda sobre a biblioteca pública como espaço de cultura; Machado, Elias Junior, Achilles (2014), trazem a biblioteca pública como uma instituição social no espaço público; Rasteli e Cavalcante (2013) abordam sobre a biblioteca pública como um lugar de mediação da leitura; Medeiros (2014) analisa a biblioteca pública como um espaço para a construção da cidadania; Silveira e Reis (2011) identificam as bibliotecas públicas como espaços de práticas culturais e de memória.

Com o conjunto de transformações que são promovidas pela penetração das TICs

no cotidiano, urge pensar sobre os efeitos dessas transformações para essa instituição. Tais preocupações têm entrado na agenda internacional dos debates sobre a biblioteca pública. A IFLA, por exemplo, publicou nos últimos anos documentos que pautam a preocupação sobre os efeitos das TICs para as Bibliotecas Públicas e seus serviços<sup>7</sup> (CALIL JUNIOR, ALMENDRA, 2016)

Em um desses documentos (INTERNATIONAL, 2013) são pautadas cinco tendências futuras para os espaços de informação e cujos efeitos para esses espaços são iminentes:

- a) Novas tecnologias irão tanto expandir como limitar quem tem acesso à informação;
- b) A educação *online* democratizará e romperá as barreiras no aprendizado global;
- c) As fronteiras de privacidade e de proteção de dados serão redefinidas;
- d) Sociedades hiper-conectadas escutarão e legitimarão novas vozes e grupos;
- e) A economia da informação global será transformada pelas novas tecnologias

Em uma sociedade marcada pelas desigualdades, em que parte da população é excluída digitalmente, as bibliotecas públicas têm um importante papel a cumprir. Diante desse cenário, não há como fugir de alguns questionamentos: As bibliotecas públicas tem dialogado com as TICs? Como tem sido a ocupação do ciberespaço por essas bibliotecas? Quais têm sido as apropriações desses dispositivos por parte das bibliotecas públicas?

Conforme apontam as pesquisas do Comitê Gestor da Internet (2015, p.157) "Dentre as atividades investigadas pela pesquisa TIC Domicílios, aquelas associadas à comunicação permanecem sendo as mais realizadas pelos usuários de Internet brasileiros", ou seja, os dados apontam que as práticas de troca de mensagens instantâneas e os usos das mídias sociais são as atividades mais frequentes entre os usuários da internet brasileira. O acompanhamento desses dados se coloca como um importante instrumento para que as bibliotecas, em particular as bibliotecas públicas, construam estratégias para a aproximação com seus usuários a fim de pensar ações de mediação da informação e da

---

<sup>7</sup> Os documentos citados são: Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública (INTERNATIONAL, 2012) e Riding the waves or caught the tide? (INTERNATIONAL, 2013)

leitura. Além disso, há que se considerar que ao estudar-se dos usos e apropriações das mídias sociais e das redes sociais digitais, trata-se de um conjunto de práticas sociotécnicas, em que sujeitos e/ou instituições estabelecem relações com e a partir de artefatos tecnológicos.

Nessa perspectiva, algumas pesquisas recentes têm se preocupado em investigar de que forma as bibliotecas públicas ocupam o ciberespaço e se apropriam das TICs<sup>8</sup> (CALIL JUNIOR, ALMENDRA, 2013; CALIL JUNIOR, ALMENDRA, 2015; CALIL JUNIOR, ALMENDRA, 2016; SANTOS, 2015). Esses estudos demonstram que as bibliotecas públicas vêm marcando sua presença no ciberespaço, de forma contígua a ocupação realizada pela população brasileira. Em mapeamento realizado no ano de 2012 constata-se que os blogs eram as mídias sociais mais utilizadas pelas bibliotecas públicas brasileiras (CALIL JUNIOR, ALMENDRA, 2013). No entanto, com o crescimento da adesão ao Facebook pelos internautas brasileiros, ocorre a migração das bibliotecas públicas para estes ambientes virtuais. De acordo com Santos (2015, p. 111), as mídias sociais mais utilizadas pelas bibliotecas públicas brasileiras são: Facebook (100%), Foursquare (57%), Twitter (50%), Youtube (14%), Flickr (1%), e Instagram (1%).

Tanto Santos (2015), quanto Calil Junior e Almendra (2015; 2016) ressaltam a importância da análise das práticas de informação das bibliotecas, no tocante as relações estabelecidas com as mídias sociais. As pesquisas realizam análises das apropriações do Facebook por parte das bibliotecas, identificando os tipos de informação que as bibliotecas veiculavam nesses ambientes virtuais, bem como os efeitos dessas postagens.

E, ambas as investigações apontam que apesar do uso do Facebook por parte dessas bibliotecas efetivamente promover uma aproximação entre as bibliotecas e as comunidades que elas atendem, a principal apropriação do dispositivo está relacionada à disseminação de informações sobre as bibliotecas e sobre as atividades que acontecem no interior de seus espaços.

As pesquisas também apontam que algumas das apropriações possibilitam a

---

<sup>8</sup> Os estudos aqui citados tiveram como universo da pesquisa as bibliotecas públicas estaduais.

utilização dos ambientes virtuais como espaços para o diálogo e para ações que visem a mediação da leitura e da informação. No entanto, essas formas de apropriação ainda são tímidas. Santos (2015, p.182) aponta que o Facebook não é utilizado em todo o seu potencial pelas bibliotecas investigadas, o que incide diretamente sobre os serviços que essas bibliotecas oferecem ao público, através do dispositivo, e sobre as formas de interação da biblioteca com a sua comunidade.

Outros pontos a serem considerados nos estudos sobre as práticas de informação são os aspectos sócio-culturais e relacionais. As práticas de informação dos sujeitos estão marcadas e conformadas por uma gama de relações que se estabelecem nos espaços de sociabilidade. Relações que incluem não apenas os sujeitos com todo o seu background e pré-conceitos, mas também os artefatos tecnológicos e as instituições. Apesar das habilidades que possam ser transmitidas (inclusive em uma relação máquina - homem) a construção de habilidades midiáticas e informacionais nos sujeitos é uma prática situada e que é sócio culturalmente construída. Nesse sentido, as estratégias para a construção de processos de alfabetização midiática e informacional em um dado contexto, deve levar em consideração o estudo das práticas de informação vigentes, a partir de uma perspectiva da apropriação da informação e dos artefatos tecnológicos, pois conforme coloca Borges (2015) ao analisar o grande percentual da categoria "falta de necessidade ou de interesse" entre aqueles que nunca acessaram à internet no Brasil, "as pessoas podem não atribuir valor em utilizar as tecnologias por não estarem imbuídas do jeito de ser e dos valores que permeiam a cibercultura" (BORGES, 2015, p.36).

#### 4 CONCLUSÃO

O cotidiano de muitos brasileiros vem sendo afetado diretamente pelas relações e informações que são produzidas e que circulam no ciberespaço. As transformações provocadas pelas diferentes apropriações das tecnologias parecem ser irreversíveis e seus efeitos já tem sido sentido pelos sujeitos nas suas relações cotidianas, quer seja nas relações pessoais, profissionais ou como cidadão. No entanto, apesar das transformações

sociotécnicas, as múltiplas desigualdades, inclusive digitais, persistem em nossa sociedade. Nesse sentido, os desafios que se colocam para bibliotecas e bibliotecários são urgentes.

Apesar e em virtude do crescimento exponencial do acesso às redes sociais digitais em nossa sociedade, as dificuldades em utilizar esses ambientes virtuais é constantemente iluminada. Conforme colocado, informações duvidosas são consumidas a título de verdade e afetam diretamente as práticas e ações dos sujeitos no cotidiano e da própria sociedade.

Diante desse quadro, ressalta-se a importância das bibliotecas, em particular das bibliotecas públicas em se inserirem nos ambientes virtuais, funcionando não somente como porta de acesso, possibilitando o acesso à internet aos excluídos digitalmente, mas também promovendo ações voltadas para a construção de habilidades midiáticas e informacionais nos sujeitos.

Nesse sentido, defende-se a ideia de que o estudo em torno das práticas de informação das bibliotecas e dos sujeitos, em uma perspectiva estrutural, coloca-se como importante para a construção de ações voltadas para a alfabetização midiática e informacional em nossa sociedade. O foco nas práticas e o entendimento de que as ações de informação são o resultado de um conjunto de relações abre possibilidades para a escuta de vozes e de apropriações que estão para além do mainstream.

---

### **Public libraries as a locus for media literacy and information literacy**

**Abstract:** Contemporary researches show an increase on the amount of Brazilian population that can access the internet. However, despite this growth, the digital divide still presents itself as a challenge for the Brazilian society in two levels: a) the exclusion of the possibilities of access to ICTs and to the internet and b) exclusion related to the uses of these technologies. In this scenario, the article defends public libraries as spaces for the construction of media and informational literacy skills. It proposes a structural point of view which considers contemporary informational practices as part of a

complexity matrix of relationships that involves people, institutions and technological artifacts, all situated in a given space and time, as sociotechnical practices.

**Keywords:** Public Libraries. Media and Information Literacy. Digital Divide.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. Londrina: Editora UEL, 1997.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Presidential Committee on Information Literacy*. Final Report. Chicago: American Library Association, 1989.

BORGES, Jussara. Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e de comunicação no Brasil: TIC domicílios e TIC empresas 2014*. São Paulo, 2015. p.181 -186. Disponível em: <  
[http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_Domicilios\\_2014\\_livro\\_eletronico.pdf](http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Domicilios_2014_livro_eletronico.pdf) >  
Acesso em: 25 de outubro de 2016.

CALIL JUNIOR, Alberto; ALMENDRA, G. J. L. As apropriações do facebook pelas bibliotecas públicas brasileiras. *Em Questão*, v.22, p.188 - 214, 2016.

CALIL JUNIOR, Alberto; ALMENDRA, G. J. L. As apropriações do facebook pelas Bibliotecas Públicas estaduais brasileiras In: IV Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas, 2015, São Paulo. *Anais do IV Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas*. São Paulo: SNBP / FEBAB, 2015. v.4.

CALIL JUNIOR, Alberto; ALMENDRA, G. J. L. Mapeamento das ferramentas colaborativas das Bibliotecas Públicas Estaduais In: III Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas, 2013, Florianópolis. *Anais do CBBB*. Florianópolis: FEBAB, 2013. v.XXV.

CAMPELLO, Bernadete. *Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico*. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2009.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003.



COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e de comunicação no Brasil: TIC domicílios e TIC empresas 2014. São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_Domicilios\\_2014\\_livro\\_eletronico.pdf](http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Domicilios_2014_livro_eletronico.pdf)> Acesso em: 25 de outubro de 2016.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v.32, n.1, p.23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016>> Acesso em: 25 de outubro 2016.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Competência informacional e midiática no ensino superior: desafios e propostas para o Brasil. *Prisma.com*, n. 13. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/793>>

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-8, set., 1980.

GASQUE, Kelley Christine Gonçalves Dias. *Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem*. Brasília, DF: Ed. FCI/UNB, 2012.

GINGRAS, Richard. *Labeling fact-check articles in google news*. 2016. Disponível em: <<https://blog.google/topics/journalism-news/labeling-fact-check-articles-google-news/>> Acesso em: 28 de outubro de 2016

HATSBACH, M.H.L.; OLINTO, G. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, jan/jun 2008. Nova Série. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/64/78>>. Acesso em: 15 out. 2016

HJORLAND, Birger. Methods for evaluating information sources: an annotated catalogue. *Journal of Informations Science*, v.38, n.3, p. 258 - 268, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública*. 2. ed. Lisboa: IFLA, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Riding the waves or caught in the tide?: navigating the evolving information environment*. Holanda: IFLA, [2013?].

KAPITZKE, Cushla. Information Literacy: The Changing Library. *Journal of Adolescent and Adult Literacy*, v.44, no. 5 (2001): 450–56.



- KATZ, W.A. *Introduction to reference work*. 5.ed. New York : McGrawHill, 1978.
- LAU, Jesus. Conceptual relationship of information literacy and media literacy. In: *Conceptual relationship of information literacy and media literacy in knowledge societies*. Series of Research Papers. Paris : UNESCO, 2013. p.76- p.91.
- LEE, Alice. Literacy and competences required to participate in knowledge societies. In: *Conceptual relationship of information literacy and media literacy in knowledge societies*. Series of Research Papers. Paris : UNESCO, 2013. p.3 - p.75.
- MILANESI, Luis. *A casa da invenção: biblioteca centro de cultura*. 4.ed. Cotia, SP: Atêlie, 2003.
- MUELLER, Suzana. Bibliotecas e Sociedade: evolução da interpretação de funções e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.
- NEISSER, Fernando Gaspar. Fact-checking e o controle da propaganda eleitoral. *Revista Ballot*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, set. / dez. 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ballot> Acesso em: 23 de outubro de 2016.
- RIBEIRO, Leila Alves Medeiros; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Letramento informacional e midiático para professores do século XXI. *Em questão*, Porto Alegre, v.21, n.2, p.203 -221, maio / ago. 2015.
- SANTOS, Bruna Bonfim Lessa dos. *A mediação da informação e o uso da biblioteca pública: o facebook como estratégia de interlocução e participação dos usuários*, 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Salvador, 2015.
- SYLBERGER, K. K. *Obras de referência: subsídios para uma avaliação criteriosa*. Florianópolis: UFSC, 1990.
- TUOMINEN, Kimmo, SAVOLAINEN, Reijo, TAJLA, Sanna. Information literacy as a sociotechnical practice. *The Library Quarterly*, v.75, n.3, p.329 -345, jul. 2005
- VITORINO, Elisete Vieira, PIANTOLA, Daniela. Competência Informacional - bases históricas e conceituais: construindo significados. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 38, n.3, p.130 - 141, set. / dez. 2009.
- WEBBER, Sheila, JOHNSTON, Bill. Conceptions of Information Literacy: New Perspectives and Implications. *Journal of Information Science*, v.26, no. 6, p. 381- 397, 2000.



WEITZEL, Simone da Rocha, CALIL JUNIOR, Alberto, ACHILLES, Daniele. Letramento informacional nas escolas: o papel do licenciado em biblioteconomia. *Rev. Interam. Bibliot.*, Medellin, v. 38, n.3, p.213- 225, set./dez. 2015.

---

### Informações do Autor

#### **Alberto Calil Junior**

Professor Adjunto da Escola de Biblioteconomia / Programa de Pós-Graduação em Biblioteca da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

e-mail: caliljr@unirio.br

